

Bases de informação e desafios para a construção de políticas públicas integradas

Maria Paula Ferreira

Outubro 2025

Objetivos da Apresentação

- Mapear bases de dados públicas relevantes à política habitacional
- Explicar diferenças metodológicas do Censo Demográfico (2010 → 2022)
- Apontar usos, potenciais e limites para políticas públicas

Principais Fontes de Dados

- Censo Demográfico (IBGE)
- Cadastro Único (CadÚnico)
- Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD-C)
- Programas habitacionais (ex.: Minha Casa Minha Vida)
- Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)
- Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS)
- SINISA
- RAIS e CAGED (emprego formal → cruzamento com renda e capacidade de financiamento habitacional).
- Cadastros municipais de IPTU/uso do solo (alguns estudos de habitação utilizam).
- Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB/IBGE), relacionada à infraestrutura das moradias.

Censo Demográfico

- Levantamento Decenal
- Último Censo: 2022
- Abrange todos os municípios do Brasil
- Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE
- Fonte de dados municipal sobre infraestrutura urbana (percepção), características físicas dos domicílios, renda das famílias, nível de escolaridade da população e mercado de trabalho, etc.
- A questão dos aglomerados subnormais
 - **Até 2010:** termo '**aglomerado subnormal**'
 - **Critérios:** posse do terreno, número de domicílios e falta de estrutura urbana
 - **2022:** mudança para '**favelas e comunidades urbanas**'
 - **Critérios:** irregularidade, baixa renda, precariedade de serviços, alta densidade
 - Terminologia revisada para reduzir estigma
 - Impacto nas séries históricas comparativas

Número de pessoas residindo em Favelas e Comunidades — Brasil e São Paulo

Local	2010 (milhões)	2022 (milhões)
Brasil	11,4	16,4
São Paulo	1,3	3,6

Forças e Limites do Censo Demográfico

- **Forças:** cobertura nacional, detalhamento local
- **Limites:** periodicidade longa, mudanças conceituais, sub-registro

PNAD Contínua

- Periodicidade: trimestral (mais atual que o Censo)
- Alguns indicadores habitacionais:
 - Famílias conviventes
 - Adensamento excessivo
 - Aluguel elevado
- Relação com mercado de trabalho e renda (capacidade de pagamento)
- **Limitação:** sem desagregação no nível municipal
- **Complementa o Censo, mas não o substitui**

Cadastro Único (CadÚnico)

- Registro contínuo de famílias de baixa renda
- Atualizações regulares, dados socioeconômicos detalhados
- **Limite:** não cobre toda a população

Outras bases de dados

- **Sistemas e planos locais**
 - **SNHIS**: coordenação nacional da política habitacional
 - **PLHIS**: diagnósticos locais, metas e ações municipais/estaduais
- **RAIS e CAGED**: emprego formal → cruzamento com renda e capacidade de financiamento habitacional
- **Cadastros municipais de IPTU/uso do solo**:
- **Dados de saneamento (SINISA)**: dados de saneamento básico
- **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB/IBGE)**: relacionada à infraestrutura das moradias.

Políticas públicas integradas

Em termos de bases de dados o desafio é a integração das bases

- **Integração no nível do microdado**

- **Ganhos:** maior precisão dos resultados
- **Desafios:** temporalidade distinta, LGPD, compatibilidade geográfica

- **Integração em agregados territoriais**

- **Ganhos:** maior facilidade para a comparação dos resultados em um mesmo nível de abrangência geográfica, não envolve LGPD
- **Desafios:** falácia ecológica

Políticas públicas integradas

- **Integração no nível do microdado**

- Cruzamento entre os microdados da RAIS (vínculos empregatícios) e egressos do Ensino Superior
 - **Variável chave:** CPF
 - **Desafio:** obtenção das bases de dados identificadas

- **Integração em agregados territoriais**

- Agregar no nível do setor censitário as informações do questionário básico do Censo Demográfico e as informações do CadUnico georreferenciadas por setor censitário

Considerações Finais

- Harmonização de conceitos entre Censos
 - Ex: Censo 2010 e 2022.
- Entendimento dos limites dos registros administrativos
- Construção de procedimentos de acesso aos microdados, respeitando-se a LGPD, pelos órgãos produtores de dados



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**

Governador do Estado

Tarcísio de Freitas

Vice-Governador do Estado

Felício Ramuth

Secretário da Fazenda e Planejamento

Samuel Kinoshita



Diretor Executivo

Bruno Caetano Raimundo

Chefe de Gabinete

Sérgio Meirelles Carvalho

Diretor-adjunto de Produção e Análise de Dados

Rejane de Fátima Araújo

Gerência Demográfica

Bernadette Cunha Waldvogel

Gerência Econômica

Vagner de Carvalho Bessa

Gerência de Georreferenciamento

Valmir J. Aranha

Gerência de Pesquisa

Mylene Guedes M.S.R. de Athayde

Gerência Social

Maria Paula Ferreira

Diretor-adjunto de Comunicação e Informação

Marcelo Moreira

Coordenadoria de Comunicação e Disseminação

Paulo Emirandetti Junior

Superintendência de Tecnologia da Informação

Sergio Ricardo Rabelo

Diretor-adjunto Administrativo e Financeiro

Luiz Ricardo Santoro

Gerência Administrativa

Paulo Rogerio da Conceição

Gerência Financeira e Contábil

Joaquim Pereira Neto

Gerência de Recursos Humanos e O&M

Claudio Matarazzo

Conselho Curador

Presidente

Carlos Antonio Luque

Conselheiros

Cecília Mantovan

Eduardo Walmsley Soares Carneiro

Eugenia Troncoso Leone

Jairo Tadeu Pires Pimentel

José Carlos de Souza Santos

Laís Vita Mercês Souza

Nerylson Lima da Silva

Ney Lemke

Rogério Campos

Conselho Fiscal

Conselheiros

Ana Paula Inácio da Silva

Natália Risério Povoação

Wagner Marcelino Gomes da Silva